

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA: análise de tendências e lacunas da produção acadêmica no Brasil

Raquel Nunes Tavares

Universidade Federal de Goiás e Secretaria Estadual de Educação Goiás
Goiânia, GO, Brasil

Lênin Tomazett Garcia

Universidade Federal de Goiás
Goiânia, GO, Brasil

Anegleyce Teodoro Rodrigues

Universidade Federal de Goiás
Goiânia, GO, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar as principais discussões acerca da BNCC e Educação Física, abordadas em importantes meios de divulgação acadêmica do campo. Para tal levantamento, foram utilizadas técnicas de pesquisa do tipo 'revisão bibliográfica sistemática de literatura'. As fontes de investigação foram quatro periódicos selecionados dentre aqueles que mais têm publicado artigos com o tema Educação Física Escolar e os Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. A base de consulta se deu pelos descritores Base Nacional Comum Curricular e BNCC, no período compreendido entre 2015, ano em que foi disponibilizada a primeira versão da BNCC, até janeiro de 2018. O conjunto de trabalhos publicados nesse período foi de 1.312, dos quais apenas 14 foram selecionados, representando 1,1% do total. Os critérios de inclusão foram eles terem sido redigidos em língua portuguesa e conter, no título, resumo ou palavras-chave, os já citados descritores. Identificamos três tendências principais em relação ao posicionamento dos autores com relação à necessidade de uma base nacional para os currículos da Educação Básica no país, são elas: favorável e otimista em relação ao estabelecimento de uma base nacional; argumentos que questionam a finalidade da BNCC ligada a interesses políticos e econômicos de empresários da educação, mas são favoráveis à Base e argumentos que são notadamente contrários à sua necessidade e finalidade. Uma das lacunas é que a maior parte das publicações são anteriores à homologação da terceira versão da BNCC, provavelmente, devido ao pouco tempo decorrido desde então.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Base Nacional Comum Curricular. Estado da Arte.

COMMON NATIONAL BASE CURRICULAR AND PHYSICAL EDUCATION: analysis of tendencies and gaps of the academic production in Brazil

ABSTRACT

This article aims to identify the discussions about BNCC and Physical Education, addressed in important means of academic dissemination of the area. For this survey, research techniques of the type 'systematic literature review' were used. The sources of research were four selected journals among those who have published articles with the theme Physical School Education and the Annals of the Brazilian Congress of Sports Sciences. The basis for the consultation was given by the descriptors: National Curricular Base and BNCC, in the period between 2015, the year in which the first version of BNCC was made available, until January 2018. Out of a total of 1,312 productions, only 14 papers were selected, representing 1.1% of the total. The inclusion criteria were written in Portuguese and contain, in the title, abstract or keywords, the aforementioned descriptors. One of the shortcomings is that all publications precede the homologation of the third version of the BNCC, and further analysis is needed. We identified three main tendencies regarding the authors' positioning regarding the need for a national base for the common basic education in Brazil: they are favorable and optimistic about the establishment of a national base; arguments that question the purpose of the BNCC linked to the political and economic interests of entrepreneurs of education, but are favorable to BNCC and; arguments that are markedly contrary to its necessity and purpose.

Key words: Physical School Education. Common National Base Curricular. State of art.

BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR Y EDUCACIÓN FÍSICA: análisis de tendencias y lagunas de la producción académica en Brasil

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo identificar las discusiones acerca de la BNCC y Educación Física, abordados en importantes medios de divulgación académica del área. Para tal levantamiento, se utilizaron técnicas de investigación del tipo 'revisión bibliográfica sistemática de literatura'. Las fuentes de investigación fueron cuatro periódicos seleccionados entre aquellos que más han publicado artículos con el tema Educación Física Escolar y los Anales del Congreso Brasileño de Ciencias del Deporte. La base de consulta se dio por los descriptores: Base Nacional Común Curricular y BNCC, en el período comprendido entre 2015, año en que se puso a disposición la primera versión de la BNCC, hasta enero de 2018. Los resultados apuntan que, en la suma de los trabajos publicados en estos periódicos, comprendidos entre los años de 2015 (año en que se puso a disposición la primera versión de la BNCC) a 2018/1, de un total de 1.312 publicaciones, sólo se seleccionaron 14 trabajos, el 1,1% del total. Los criterios de inclusión fueron ser escrito en portugués y contienen el título, resumen o palabras clave, los ya mencionados descriptores. Identificamos tres tendencias principales en relación al posicionamiento de los autores con relación a la necesidad de una base nacional para los currículos de la Educación

Básica en el país, son ellas: favorable y optimista en relación al establecimiento de una base nacional; argumentos que cuestionan la finalidad de la BNCC ligada a intereses políticos y económicos de empresarios de la educación, pero son favorables a la BNCC; argumentos que son claramente contrarios a su necesidad y finalidad. Una de las lagunas es que todas las publicaciones son anteriores a la homologación de la tercera versión de la BNCC, siendo necesario más análisis acerca de ésta.

Palabras clave: Educación Física Escolar. Base Nacional Común Curricular. Estado del Arte.

Introdução

A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve ser tomada como uma tendência que remonta à década de 1990 no âmbito das políticas educacionais. No Brasil, esse movimento tem se coadunado à lógica dos demais países que aderiram à perspectiva de padronização do currículo em nível nacional. (LIBÂNEO, 2012, p. 22). Entre os anos de 1994 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a aprovação do Plano Decenal de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) caracterizou essa tendência de forma emblemática. Durante o período dos governos Lula-Dilma (2003/2016), tais estratégias de remodelamento da educação continuaram a ser seguidas e foram aprimoradas, representando a BNCC, em um certo sentido, a síntese desse itinerário histórico.

A BNCC foi elaborada com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9.394/1996) e também nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNEB, 2013) e no Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2014). Ela constitui um documento normativo que determina as competências, as habilidades e os conteúdos que todos os alunos deveriam ter como essenciais ao final da Educação Básica (MEC, 2018a).

A primeira e a segunda versões foram elaboradas no período de janeiro de 2014 a abril de 2016. O processo de construção da BNCC foi feito por um grupo de especialistas, compostos por 116 profissionais das mais diversas áreas, divididas em 29 comissões, todos eles selecionados pelo MEC (CURY; REIS; ZANARDI, 2018). Tal processo contou também com as influências de

outros segmentos não governamentais, compostos por grupos¹ que, em sua maioria, representam “grandes corporações financeiras que deslocam impostos para suas fundações, produtores de materiais educacionais vinculados ou não às grandes empresas internacionais [...]” (MACEDO, 2015, p. 1540).

1. Procedimentos Metodológicos

O presente artigo tem como objetivo identificar as principais discussões acerca da BNCC e Educação Física, abordadas em importantes meios de divulgação acadêmica do campo. Para tal levantamento, foram utilizadas técnicas de pesquisa do tipo, ‘revisão bibliográfica sistemática’, segundo (LEVY e ELLIS, 2006) e (WATSON e WEBSTER, 2002).

As fontes de investigação foram quatro periódicos e os Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e foram selecionados por serem reconhecidos pelo expressivo número de trabalhos publicados sobre o tema ‘Educação Física Escolar’. Os periódicos analisados foram: 1) Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2) Revista Motrivivência (RMI), 3) Revista Movimento e 4) Revista Pensar a Prática. Esta pesquisa integra-se a um projeto guarda-chuva já em desenvolvimento há três anos, o qual propõe, pela perspectiva do estado da arte, a investigação da produção no campo da Educação Física e da Educação Básica e as suas relações com as políticas educacionais. Para a presente exposição, o que se traz é justamente o fruto de parte dessa pesquisa de maior alcance no que se refere à BNCC.

A estratégia de consulta se deu por meio dos descritores ‘Base Nacional Comum Curricular’ e ‘BNCC’, no período compreendido entre 2015, ano em que foi disponibilizada a primeira versão da Base, até janeiro de 2018. O conjunto de trabalhos publicados nesse período foi de 1.312, dos quais apenas 14 foram selecionados por atenderem aos critérios de inclusão, representando 1,1% do total. Os critérios de inclusão foram eles terem sido redigidos em língua

¹ Ver instituições e fundações que compõem o grupo. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso: 12/05/2019.

portuguesa e conter no título, no resumo ou nas palavras-chave os já citados descritores.

Com esse levantamento, pudemos perceber que a temática específica da BNCC e as suas relações com a Educação Física ainda constitui assunto pouco abordado na produção acadêmica do campo, destacando-se a RMI na edição de nº 48, de setembro de 2016, com 12 artigos. Além disso, encontramos duas publicações em forma de resumo expandido nos Anais do XX CONBRACE de 2017. Nas demais revistas, nenhuma publicação foi encontrada sobre a temática investigada. Importante destacarmos que as edições da RMI correspondem à primeira e à segunda versão da BNCC.

Estabelecida a amostra dos periódicos, passamos para a leitura dos textos na íntegra. Buscamos identificar as tendências e as lacunas do debate, segundo os argumentos apresentados pelos autores, assim como os seus questionamentos e as suas preocupações em torno do processo de elaboração, de debate e de possíveis implicações para a Educação Física escolar. Identificamos, então, três tendências principais em relação ao posicionamento dos autores quanto à necessidade de uma Base Nacional para os currículos da Educação Básica no país.

Primeira posição: favorável e otimista em relação à elaboração de uma Base Nacional. Tais artigos indicam que a Base poderia contribuir com a resolução do problema da legitimidade da Educação Física no currículo escolar, com a democratização da educação e a formação de cidadãos críticos. Essa posição foi encontrada nos seguintes estudos: NEIRA, M; SOUZA JUNIOR, M. (2016); BOSCCATO, J; IMPOLCETTO, F.; DARIDO, S. (2016); FERREIRA JUNIOR, J.; OLIVEIRA, M. (2016); PERTUZATTI, I.; DICKMANN, I. (2016); SENA, D. C. *et al.* (2016); MELLO, A. S. *et al.* (2016); INÁCIO, H.L. d.D. *et al.* (2016) e SILVA, A. J. F; MARTINS, R. M; SILVA. M. E. H. (2017).

Segunda posição: argumentos que questionam o sentido da BNCC ligado a interesses políticos e econômicos de empresários da educação. No entanto,

eles se mostraram favoráveis à Base Nacional: RODRIGUES, A. T. (2016) e RUFINO, L; SOUZA NETO, S. (2016).

Terceira posição: argumentos que são notadamente contrários à necessidade e à finalidade da BNCC. Podemos encontra-los nos seguintes trabalhos: MARTINELLI, T. *et.al.* (2016); MOREIRA, L. *et.al.* (2016); ARROYO, M.G. (2016) e NEIRA, M. G. (2017).

2. Análise das produções favoráveis à BNCC

O trabalho de Neira e Souza Junior² (2016) propõe uma reflexão sobre o componente Educação Física através do olhar de quem contribuiu com o processo: “[...] procuramos dar visibilidade aos procedimentos para elaboração do documento, às concepções que nortearam os trabalhos e aos efeitos que se espera causar” (NEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 188). Os autores advogam a favor das versões “preliminares” da BNCC e, posteriormente, mudam de opinião no que se refere à última versão³. Eles defendem que os objetivos e os conteúdos propostos para área da Educação Física buscam a formação do sujeito crítico, consciente e reflexivo.

a BNCC sugere objetivos de aprendizagem que possibilitem a compreensão sócio histórica e política das manifestações da cultura corporal de movimento, visando o alcance de uma participação crítica, intensa e digna na esfera pública por todos os grupos que compõem a sociedade (*Ibdem; Ibdem*, 2016, p. 198).

Os autores defendiam que a BNCC traria elementos essenciais para a instituição de uma sociedade mais digna e justa. Para eles, a Base tinha como estratégia propor objetivos de aprendizagem a serem alcançados, perspectivando, assim, uma educação mais ousada, tendo em vista contribuir com a redução das desigualdades sociais (NEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 203).

Os autores enfatizam que o processo de elaboração e de construção da BNCC contou com a participação de amplos setores da sociedade em reuniões,

² Na segunda versão da BNCC, os autores compuseram a comissão de especialistas (BRASIL, 2016).

³ Nos referimos à produção de Neira (2017), em seu trabalho apresentado no XX CONBRACE.

em seminários e em eventos e destacam o amplo alcance da consulta pública via plataforma *on-line*. Ao elencarem as entidades que elaboraram resenhas críticas ao documento, citam a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Política e Administração em Educação (ANPAE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Sociedade Brasileira de Física (SBF), a Associação Brasileira de Currículo (ABDC) e a Associação Nacional de História (ANPUH), além de citarem a participação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Asseveram sobre o fato de as primeiras versões da BNCC garantirem a luta contra os ditames do grupo neoliberal.

A BNCC não sucumbe, ela não se deixou, até o presente momento, subjugar pela força dos grupos conservadores que intencionam moldar, através dos currículos escolares, sujeitos submissos, calados, quietos, bem ao gosto do neoliberalismo e dos ditadores de plantão (NEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016, p. 203).

Ao finalizarem o artigo, apontam os ganhos para o componente Educação Física na BNCC. Para os autores, a proposta encaminha-se para uma perspectiva de formação de cidadãos que produzam a cultura corporal de movimento e isso implicaria o reconhecimento e a valorização do repertório de todos os grupos, sem nenhum tipo de discriminação. “Portanto, não há qualquer definição *a priori* das práticas corporais, nem tampouco dos conhecimentos que as constituem” (NEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 200).

Para Neira e Souza Junior (2016), a BNCC é um instrumento de estudo e não um objeto aplicável que viria como um “salvador das mazelas educacionais”. Trata-se, portanto, de um começo para a democratização do ensino/educação e das relações dentro da escola, sendo de extrema relevância a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Concluem que, para resolver a qualidade da Educação Básica no Brasil, existem diversas medidas que precisam ser levadas em consideração, como a melhoria das condições de trabalho e da remuneração dos professores, as políticas de formação continuada e a democratização das relações dentro da escola.

O artigo de Boscatto, Impolcetto e Darido⁴ (2016) partilha de ideias semelhantes às de Neira e Souza Junior (2016). Já no título, o trabalho apresenta um questionamento: “A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física?”. Nesse ensaio, uma das autoras fez parte da comissão de redatores das versões preliminares da BNCC, fato que ajuda a explicar a convergência de perspectivas apresentadas com a proposta trazida no documento oficial da Base.

Os autores apresentam os elementos precursores do ‘documento oficial’, a análise da construção do currículo escolar com base em aspectos universais e particulares da cultura e o contexto da Educação Física escolar no Brasil no que tange à sistematização do currículo para a Educação Básica. Compreendem a BNCC como balizadora do currículo escolar e com uma intencionalidade sobre a formação dos brasileiros. Referenciam o currículo escolar como uma complexidade de instâncias que, além de envolver elementos pedagógicos e culturais, também abarca outros como o político e o administrativo, os quais interferem diretamente no desenvolvimento das práticas nas escolas. (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 104).

No que se refere às instâncias administrativas (gestão e organização burocrática), os autores apresentam os marcos gerais que legitimam a construção de uma Base Nacional Comum, como os citados também no documento oficial (BRASIL, 2017). Partilham da mesma ideia de Neira e Souza Junior (2016) de que a Base é um documento orientador que auxiliará “os docentes [a] superar[em] as problemáticas pedagógicas” (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 102). Dessa forma, embora se reconheça a importância dos meios estruturantes do currículo, ressaltam a importância dos professores e das instituições escolares analisarem os pressupostos presentes na BNCC, compreendendo as possibilidades e os limites de adequação do conteúdo no contexto específico em que atuam.

⁴ A autora está presente na comissão de especialistas da segunda e última versão e também como redatora do documento final (BRASIL, 2017, p. 460-463).

Em defesa da constituição de uma Base Comum para a Educação Básica no país, defendem que existem saberes essenciais que não devem ser ignorados na formação dos estudantes, sendo necessária a garantia de unidade como princípio da educação escolar cuja responsabilidade é do Estado:

transmitir a todas as crianças de um mesmo país um mínimo de saberes comuns, de referências e de valores comuns pode parecer politicamente indispensável, inclusive (e talvez sobretudo) numa democracia liberal (FORQUIM apud BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 105).

Nesse aspecto, a BNCC buscaria garantir o direito a todos os estudantes brasileiros ao acesso de conhecimentos essenciais produzidos culturalmente e necessários universalmente para a constituição de uma sociedade mais justa e humana. Além de orientar e de estabelecer os direitos aos conhecimentos essenciais, o documento possibilitaria um espaço para as especificidades de cada região (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 106).

No que concerne à Educação Física, concordam com a utilização do conceito de “cultura corporal de movimento” e defendem a ideia de que um currículo mínimo ajudaria a organizar esse componente curricular ao definir conteúdos ou blocos de conteúdo a serem ensinados. Assim,

(...) a organização de um ‘programa mínimo’ para a Educação Física poderia pôr fim à ‘bagunça interna’ da disciplina, que ocorre pela falta de um programa de conteúdo definidos numa hierarquia de complexidade e objetivos específicos para cada série de ensino (KUNZ, 1994 apud BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 107).

Eles alertam para a realidade escolar em que o currículo de Educação Física permite que os conteúdos sejam trabalhados nos diferentes ciclos de formas iguais, inclusive em relação à complexidade deles, situação que não acontece em disciplinas como matemática e português. Para sustentar esse argumento, citam teóricos que defendem o estabelecimento de conteúdos mínimos para a matéria e alegam a falta dessa organização curricular.

Os autores expõem a necessidade do aumento progressivo da complexidade dos conteúdos, dos anos iniciais aos finais, e afirmam que o mais grave problema da área é a definição insuficiente do conhecimento tratado na

escola. Para eles, a BNCC representa uma contribuição aos professores de Educação Física para que tenham elementos básicos de elaboração e de organização de seus planejamentos anuais e em ciclos escolares, considerando o princípio da complexidade dos conteúdos propostos.

Pertuzatti e Dickmann (2016) concentram-se na análise dos processos de alfabetização e de letramento no Brasil e os articulam com o objeto de conhecimento da Educação Física, a saber, a “cultura corporal” (p. 123). Suas reflexões dizem respeito aos primeiros anos do Ensino Fundamental e os motivos para tal recorte se deve ao fato de esse período se caracterizar como responsável pela alfabetização e pelo letramento, sendo considerado pelo MEC como ciclo de alfabetização.

Os autores compreendem que, nos ajustes das políticas públicas, subsistem as possibilidades de melhorar a educação no Brasil. Cabe à Base Nacional reforçar o ideário através dos “direitos de aprendizagem” a serem garantidos por meio de uma política bem elaborada. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016, p. 125). No que concerne ao processo de alfabetização e de letramento, discorrem sobre os marcos legais e as iniciativas das políticas públicas para alcançar essa formação dos alunos até o final dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Ao estabelecer relações com o componente da Educação Física, asseveram-na como parte essencial desse processo, o qual “deve acontecer momentaneamente durante todas as disciplinas, atividades lúdicas, jogos, brincadeiras, atividades de coordenação motora e de expressão corporal, de interação” (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016, p. 119). Para além disso, defendem que a

Educação Física nos primeiros anos das séries iniciais, pela via da cultura corporal é compreendida como política do corpo, através de seus conteúdos/linguagens, possui, de modo indelével, relações com processo de alfabetização e letramento (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016, p. 125).

No trabalho de Ferreira Júnior e Oliveira (2016, p. 150), a abordagem consiste em “compreender a presença das Tecnologias Digitais de Informação e

Comunicação (TDIC) na Base Nacional Comum Curricular, pelo crivo do texto da Educação Física”. Em suas análises, os pesquisadores evidenciam que essa Base não se preocupa em relacionar os objetivos de aprendizagens dos componentes curriculares com o cotidiano da cultura digital, sendo que as temáticas trazidas pela BNCC para a área são justamente “práticas corporais” inseridas a todo momento nas “narrativas midiáticas” e nada mais notório que ela se apropriem das temáticas das TDIC. Os autores destacam, ainda, a necessidade de formação educacional “em cada área de conhecimento, no caso os campos disciplinares, têm papel relevante de dialogar e discutir a propagabilidade da informação, do conhecimento e das TDIC na Educação Física (FERREIRA JUNIOR; OLIVEIRA, 2016, p. 165).

O trabalho de Sena *et al.* (2016) resulta de um fórum que envolveu professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de Educação Física da Rede Municipal de Natal, de estudantes do Pibid e de monitores do Programa ‘Mais Educação’ na cidade de Natal/RN. A ação do fórum teve como objetivo refletir sobre as versões preliminares da BNCC, bem como contribuir com a elaboração da próxima. Os encontros ocorreram no mês de novembro de 2015, ano de abertura do portal do MEC para a consulta pública.

Por conseguinte, o texto de Mello *et al.* (2016) trata da análise específica da Educação Infantil e de como as orientações do documento estabelecem um diálogo com a inserção da Educação Física nesse contexto. Tem como objetivo identificar se o que está proposto na BNCC coaduna com os atuais movimentos do componente curricular e do campo acadêmico-científico da área. Defendem como “imprescindível a presença do profissional com formação em Educação Física nesse contexto” (p. 145). Em suas abordagens, estes autores concordam que o documento da BNCC avança ao descrever os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento referentes ao campo de experiência “corpo, gestos e movimentos”. No entanto, criticam

alguns objetivos de aprendizagem destinados aos diferentes subgrupos etários (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), uma apropriação utilitarista

do corpo e do movimento, em que o sujeito parece estar 'fora' do seu próprio corpo (MELLO *et al.*, 2016, p. 140).

O trabalho de Inácio *et al.* (2016) tem o foco, exclusivamente, nas Práticas Corporais de Aventuras (PCA), temática apresentada pela BNCC e considerada pelos autores como uma “novidade” se comparada aos conteúdos tradicionais da Educação Física. O objetivo da discussão é avaliar se ela está de acordo com os princípios da Educação Básica e com os eixos e os objetivos da formação para o Ensino Fundamental e Médio.

O trabalho publicado nos Anais do XX Conbrace, de Silva, Martins e Silva (2017), teve como objetivo identificar o entendimento de professores de Educação Física do estado de Fortaleza/CE acerca da construção da BNCC. A pesquisa se deu por meio de um questionário, disponibilizado via *GoogleDocs*, com um público de 60 docentes da rede pública, entre os meses de julho e novembro de 2016, e consistiu na consulta das versões preliminares do documento.

Dentre as perguntas direcionadas aos professores destacamos a que mostra seus posicionamentos acerca da BNCC: 81,7% deles são favoráveis à criação e à implementação de uma Base Nacional. Para os pesquisadores, o resultado mostra uma lacuna histórica da Educação Física escolar, a saber, a falta de um currículo comum nacional que evidencia a dificuldade que os professores têm cotidianamente para sistematizar seus conteúdos na escola. Portanto, essa disciplina deve estabelecer-se como uma matéria com conteúdos e objetivos claros para sair de sua condição de marginalidade e ter o mesmo status que as demais. “Os professores sentem muita dificuldade em responder perguntas como: o que a Educação Física ensina na primeira série, ou na segunda (SILVA; MARTINS; SILVA, 2017, p. 1349).

3. Artigos que questionam o sentido, mas são favoráveis à BNCC

O artigo de Rodrigues (2016),⁵ decorreu da análise da primeira versão do documento, por meio de um parecer solicitado pela comissão de especialistas do MEC. A discussão ocorre em torno de questões históricas sobre as políticas públicas educacionais, de maneira a indagar o sentido da BNCC. Ao levantar questionamentos a respeito da estruturação dos conhecimentos e da formulação dos objetivos, tendo em vista a diversidade e as complexidades da prática pedagógica escolar na realidade brasileira, o texto pergunta sobre as relações das políticas de avaliação da Educação Básica e suas possíveis influências para a formação de professores. Além disso, levanta algumas questões teórico-metodológicas ligadas aos conteúdos e à finalidade da Educação Física como componente curricular na versão preliminar da BNCC.

Em seu parecer, apresentou estudos de outros teóricos sobre experiências de países que adotaram bases de currículos nacionais, cujas características foram a valoração e a padronização de critérios para cada área do conhecimento escolar, semelhante, segundo a autora, aos procedimentos adotados para a implementação da BNCC no Brasil. Rodrigues (2016) apresenta, de forma geral, que os resultados encontrados em seus estudos apontam para um maior controle sobre as escolas por meio do currículo, para uma ênfase nas atividades preparatórias para os exames externos e para um empobrecimento pedagógico.

Assim, Rodrigues (2016) observa que as necessidades para a elaboração de uma Base Comum Nacional vão além de interesses puramente pedagógicos. Para a autora, “parece que existem diferentes interesses públicos e privados, políticos e econômicos, para além dos interesses ligados à necessária construção de uma base nacional de saberes escolares e a melhoria da qualidade da educação brasileira” (2016, p. 34). Sendo assim, as reformas curriculares no Brasil acabam por alimentar o sistema editorial para elaboração

⁵ Na última versão, é apresentada a ficha técnica da primeira versão e a autora está entre os leitores críticos (BRASIL, 2017, p. 467).

de cadernos e de livros didáticos, além de se tornarem referências centrais para avaliações como Prova Brasil, Saeb, Enem e outras formas de controle.

O artigo de Rufino e Souza Neto (2016, p. 42) tem como foco “investigar a relação entre a BNCC (BRASIL, 2016), currículo escolar e saberes docentes na perspectiva da profissionalização do ensino”. Em linhas gerais, os autores compreendem que “o documento não apresenta contribuições efetivas ao tema da profissionalização do ensino e não leva em consideração a dimensão dos saberes docentes”. Entre outras coisas, não demonstra claramente como “deve estar articulada a dimensão política da dimensão formativa” (RUFINO; SOUZA NETO, 2016, p. 54).

Estes mesmos autores defendem o argumento de que as políticas adotadas pela BNCC não propiciam a centralidade do processo para os professores e, como resultado, tem-se a desvalorização do trabalho docente como núcleo estruturante da profissão. Desse modo, “desconsidera o trabalho docente como núcleo gerador de sentidos e significados da profissão, estando em desacordo com os processos que buscam legitimar a profissionalização do ensino” (RUFINO; SOUZA NETO, 2016, p. 45).

Rufino e Souza Neto (2016) consideram que a proposta não demonstra, em nenhum momento, como deve estar articulada à dimensão política formativa, indicando uma lacuna entre o que está proposto e a implementação. Para eles, uma proposta de política educacional precisa ter uma ação efetiva na prática profissional, ou seja, para proporcionar uma mudança significativa é necessário compreender os processos formativos dos docentes como condição prioritária. Caso não haja esse olhar para a questão, “corre-se o risco de que as proposições fiquem apenas no âmbito institucionalizado e não cheguem a ser colocadas efetivamente à cabo durante a prática pedagógica” (RUFINO; SOUZA NETO, 2016, p. 54).

Os autores salientam ainda que alguns dos objetivos apresentados para o componente Educação Física possuem grande complexidade no tratamento pedagógico e que, às vezes, “pode não coadunar com os problemas de ordem

de formação de professores encontrado no momento no Brasil e gerar dificuldades de abordagem durante as aulas de Educação Física” (RUFINO; SOUZA NETO, 2016, p. 51). É nesse momento que os pesquisadores acreditam que, para que o documento possa apresentar um impacto efetivo dentro do que ele propõe, é necessário investir na formação profissional.

4. Análise das posições contrárias à BNCC

O artigo de Martineli *et al.* (2016) apresenta um posicionamento desfavorável à implementação da BNCC. O trabalho discute o componente curricular Educação Física nas versões preliminares da Base com o intuito de apreender a concepção da disciplina, o papel da educação e a formação do aluno, bem como os conteúdos de ensino implícitos nos objetivos de aprendizagem. Para os autores, é preciso uma análise de todo o processo envolvendo a construção do documento, de maneira a “compreender a realidade em seus nexos com a totalidade social, no contexto da crise do capital, de reestruturação produtiva no âmbito global e do cenário político econômico brasileiro atual” (MARTINELI *et al.*, 2016, p. 78).

Os autores observam que o conjunto dessas reformas e de ações políticas nos vários segmentos sociais visam a garantir uma formação com fins de difundir valores e princípios necessários ao modelo de organização da sociedade vigente e atender às necessidades de reestruturação produtiva do capital. Afirmam que a educação “em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema” (MARTINELI *et al.*, 2016, p. 79).

Os autores alertam que uma concepção centrada no aluno secundariza a função do professor e compromete tanto a organização do conteúdo de ensino como o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Estabelecem a relação entre as políticas em curso e as recomendações de organismos multilaterais que recomendam a secundarização do papel do docente. (MARTINELI *et al.*, 2016).

Outra questão percebida por Martineli *et al.* (2016, p. 88) é a de que, na BNCC, “a atividade pedagógica fica restrita aos limites das experiências cotidianas, como bastante evidenciado nos anos finais do Ensino Fundamental”. Ao tecerem essa crítica, os autores apresentam o que entendem ser os fundamentos para uma Base Nacional, quais sejam, o desenvolvimento das potencialidades humanas por meio do ensino sistematizado e intencionalmente organizado pelo professor para ser apropriado pelo aluno: “a mediação com a cultura clássica e isso exige o ‘protagonismo’ do conceito científico”. (MARTINELI *et al.*, 2016, p. 88)

Desse modo, julgam que, para um documento nacional, a Base deveria ter como objetivo central “uma educação que contribua para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, a fim de formar um sujeito que compreenda a realidade social e suas contradições” (MARTINELI *et al.*, 2016, p. 79).

O trabalho de Moreira *et al.* (2016) apresenta também questionamentos ao documento da BNCC. Os pesquisadores apontam que as discussões das políticas educacionais no Brasil, visam a atender às demandas referentes ao capital e aos organismos internacionais. Os pesquisadores mencionam o movimento empresarial que ainda impulsiona a BNCC no Brasil, utilizando-se do termo ‘reformadores empresariais’, extraído de Freitas (2012), ao confirmar a incompatibilidade de uma Base Nacional Comum Curricular – aliada a movimentos de “incorporações de forças privadas” – proporcionar igualdade por meio de “direitos e objetivos de aprendizagem” (MOREIRA *et al.*, 2016, p. 65). Assim, dialogam com as contribuições de Freitas (2012), quando chamam de hipócrita esse discurso que prega ser possível estarmos “*Todos pela educação*”, quando interesses hegemônicos produzem educação na redução aos interesses de mercado.

No artigo de Arroyo (2016), questiona-se o valor da Educação Física no contexto dos currículos e iniciam-se as discussões fazendo a seguinte pergunta em um dos subtítulos: “As autorias dos docentes de Educação Física são reconhecidas?” (ARROYO, 2016, p. 17). A partir do momento em que se “mexe”

com as concepções e as escolhas dos conhecimentos, “mexeu com o trabalho docente. Mexer no currículo é mexer na espinha dorsal do sistema escolar: o trabalho docente, as autorias docentes com os direitos dos educandos e dos docentes-educadores/as” (ARROYO, 2016, p. 16). Constatam, então, que as políticas da BNCC não reconhecem a voz desses sujeitos diretamente interessados no fazer educativo e se resumem a um artifício de ditames que “vêm do alto”, sendo os sujeitos envolvidos no processo (educadores e educandos) reconhecidos apenas como meros destinatários.

Segundo Arroyo (2016), a partir do momento em que se retira do professor o direito de definir o que ensinar, como ensinar e como avaliar o seu trabalho, desqualifica-se também a sua ação docente. Pela perspectiva apresentada, o autor levanta o segundo questionamento: os debates que têm acontecido com os profissionais de Educação Física em congressos, nas produções e em pesquisas científicas foram pensados e incorporados na proposta? A busca de uma Educação Física em diálogos com os corpos reais, ou seja, com as experiências corpóreas dos educandos e das educandas na educação pública popular é reconhecida na BNCC?

Para esse autor, a BNCC não concebe a Educação Física como formação ampla que visa a formar o sujeito crítico, compreendendo que, ao longo da história, muitos desses corpos foram constituídos por lutas sociais. Por fim, ele enfatiza que a Base está centrada em ensinar apenas conteúdos, o que a distanciaria da função “constitucional de formação humana plena”. Diante dessa constatação, a Educação Física não avança. Para tanto, seria necessária uma proposta para o componente que reafirmasse o direito à educação entendida como formação humana plena, ou seja, intelectual, ética, cultural, corpórea. (ARROYO, 2016, p. 30).

O trabalho de Neira (2017) faz uma análise crítica sobre as mudanças implementadas na terceira versão da BNCC (BNCC-III), divulgada em abril de 2017, comparando-a ao texto da segunda versão (BNCC-II). Seu posicionamento é de completo descontentamento em relação ao resultado final

apresentado pela versão BNCC-III. Além dos motivos que estão em evidência, como a “incompatibilidade entre o que anuncia e o que efetivamente propõe”, o texto final do documento caracteriza-se por um “esvaziamento do potencial crítico e democratizante para dar lugar a uma formação instrumental alinhada aos ditames do mercado” (NEIRA, 2017, p. 2977).

Em seus apontamentos relativos ao componente Educação Física, Neira (2017) destaca que a BNCC-III, além de desconsiderar as contribuições dos pareceristas, traz uma forma “mais enxuta” com a supressão de várias partes do texto da BNCC-II, fato que compromete a sua compreensão, tornando-a frágil e desconexa.

Por meio da análise comparativa das duas versões (BNCC-II e BNCC-III), o autor constata a omissão referente à preocupação com a diversidade, a questão de gênero, a etnia e a classe. Enquanto a versão da BNCC-II afirmava o compromisso na construção do sujeito, reconhecidora das diferenças presentes na sociedade, a BNCC-III faz mera alusão aos princípios éticos, políticos e estéticos, sem uma explicação contundente. Além disso, existe a amputação dos antigos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (OAD), os quais favoreciam o reconhecimento das diferenças.

Outro ponto de destaque no texto é a substituição dos conceitos de “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” para o de desenvolvimento de “competências e habilidades”. Tal proposição enfatiza as características das políticas internacionais, ou seja, propõe trabalhadores competentes o suficiente para atender às diversas demandas de um mercado em constante transição.

Presume-se, então, que as consequências serão nefastas aos que tiverem que apropriar-se de tal documento. No entanto, “nos deixa aliviados [...] que, mantida a tradição, o risco é baixo, pois, no contexto da prática, felizmente o professor resiste, rejeita, dissimula e reescreve ao seu modo propostas oficiais” (NEIRA, 2017, p. 2977).

Considerações finais

O conjunto de posições favoráveis à necessidade da BNCC evidenciam discursos que defendem os benefícios de um currículo nacional. Alguns pesquisadores (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016; NEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016; RUFINO; SOUZA NETO, 2016) explicam que o documento traz possibilidade de 'avanços' em relação às dificuldades do fazer docente, o que contribuiria com a democratização do ensino e das relações dentro da escola. A Base é reconhecida como um importante instrumento de organização do campo educativo, com potencial de combate às realidades contraditórias e às lacunas sociais presentes no contexto educacional do Brasil. Garantiria os direitos e os saberes essenciais na formação dos estudantes e poderia ser um instrumento de enfrentamento ao preconceito no âmbito educacional ao afirmar a construção de uma sociedade mais digna e justa e ao propor objetivos de aprendizagem a serem alcançados.

Os posicionamentos favoráveis à implementação da BNCC – e, de certa forma, da constituição de uma base nacional e da organização curricular – não dão ênfase às questões específicas do componente curricular Educação Física na Educação Básica, tendo como referência o debate das políticas educacionais. Apresentam, assim, questões internas ao campo didático-pedagógico, no sentido de a proposta possibilitar a organização curricular de objetivos e de conteúdos que contribuam para o reconhecimento e a legitimidade desta no âmbito escolar. Tais posicionamentos destacam a valorização da diversificação de conteúdos da cultura corporal de movimento, mas indicam a necessidade de considerar os saberes docentes com incentivos à formação continuada.

Quanto às posições desfavoráveis, os trabalhos (MARTINELLI *et al.*, 2016; MOREIRA *et al.*, 2016; ARROYO, 2016; RODRIGUES, 2016) apresentam questionamentos e considerações importantes ao apontarem as interfaces associadas às dimensões política e econômica. Destacamos as principais: interesses não puramente pedagógicos; prevalência de interesses privados dos empresários da educação; atendimento às exigências referentes aos

organismos internacionais; desqualificação da ação docente; política de responsabilização dos professores; empobrecimento das aprendizagens ao se limitar aos domínios avaliáveis exigidos nas avaliações externas; controle dos conteúdos, dos objetivos e da formação docente. Dessa maneira, para esses autores, a Base viria para estabelecer e para ajustar o sistema educacional brasileiros aos interesses empresariais, por meio do controle das escolas, da formação dos professores e do mercado editorial dos livros didáticos.

Tais preocupações referentes às versões preliminares da BNCC são ainda propostas no momento em que o documento apresentava um 'certo' aspecto "democrático", ou seja, na fase de construção da segunda versão, porém, em suas análises, alguns dos autores já suscitavam esse final pouco favorável para a educação brasileira.

Diante dessas questões, podemos afirmar que o tema da BNCC no campo da Educação Física ainda demanda maior aprofundamento, seja em relação à abordagem sociológica mais ampla das políticas e das reformas educacionais, seja em relação às abordagens didática, pedagógica e curricular que buscam apontar caminhos e soluções aos problemas específicos desse componente na Educação Básica. Assim, afirmamos que, de certa forma, as produções analisadas expressam parte das tensões e dos conflitos que perpassam os campos político, educacional e acadêmico da formação inicial e continuada e do trabalho docente em Educação Física no país.

Nesse sentido, a BNCC se apresenta como um tema ainda a ser explorado pelos pesquisadores e pelos professores, considerando que poucos estudos foram publicados desde a terceira versão. Longe de esgotar o assunto, almejamos que esse levantamento possa indicar limitações e possibilidades de investigação. Para além disso, que o presente artigo contribua para novos olhares e reflexões acerca dos caminhos da Educação Física no currículo escolar.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 8, n. 48, p. 15-31, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: MEC, abril de 2017b. 396 p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

BOSCCATO, Juliano Daniel; IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; DARIDO, Suraya Cristina. A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 96-112, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil.; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. Cortez: São Paulo, 2018.

FERREIRA JUNIOR, José Ribamar; OLIVEIRA, Marcio Romeu de. Educação Física escolar e tecnologias digitais de informação e comunicação na Base Nacional Comum Curricular... Como é que conecta!!? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 150-167, 2016.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus *et al.* Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base nacional Comum Curricular. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 168-187, 2016.

LEVY, Yair; ELLIS, Timothy. A system approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science Journal**, v.9, p.181-212, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p.891-908, out./dez., 2015.

MARTINELLI, Telma Adriano Pacifico; MAGALHÃES, Carlos Henrique; MILESKI, Keros Gustavo; ALMEIDA, Eliane Maria de. A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 76-95, 2016.

MELLO, André da Silva; ZANDOMINEGUE, Bethânia Alves Costa; BARBOSA, Raquel Firmino Magalhães; MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio; SANTOS, Wagner. A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: pressupostos e interfaces com a Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 130-149, 2016.

MOREIRA, Laine Rocha; OLIVEIRA, Marcos Renan Freitas de; SOARES, Marta Genú; ABREU, Meriane Conceição Paiva; NOGUEIRA, Suziane Chaves. Apreciação da base nacional comum curricular e a educação física em foco. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, 2016.

NEIRA, Marcos; SOUZA JUNIOR, Marcílio. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, 2016.

NEIRA, Marcos Garcia. Terceira versão da BNCC: Retrocesso político e pedagógico. In: CONBRACE, 20., 2017. **Anais**. 2017, p. 2974-2978.

PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Uma visão panorâmica da LDB à BNCC: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 113-129, 2016.

RODRIGUES, Anegleyce. Base Nacional Comum para a área de Linguagens e o componente curricular Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 32-41, 2016.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; SOUZA NETO, Samuel de. Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da profissionalização do ensino. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 42-60, 2016.

SENA, Dianne Cristina; A BNCC em discussão na formação continuada de professores de Educação física: um relato de experiência – Natal/RN. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 227-241, 2016.

SILVA, Antonio Jansen Fernandes da; MARTINS, Raphael Moreira; SILVA, Maria Eleni Henrique da. BNCC: o que dizem os professores. In: CONBRACE, 20., 2017. **Anais**. 2017, p. 1347-1352.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard. Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review. **MIS Quarterly**, 26(2), 13-23, 2002.

SOBRE OS AUTORES

RAQUEL NUNES TAVARES é mestre em Ensino na Educação Básica pela Universidade Federal de Goiás e professora de Educação Física da rede estadual de educação de Goiás e da Rede Municipal de Goiânia.

E-mail: quel_nu@hotmail.com

LÊNIN TOMAZETT GARCIA é doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professor da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG.

E-mail: lenintomazettgarcia@gmail.com

ANEGLEYCE TEODORO RODRIGUES é pós-doutora em Educação pela Universidade Júlio de Mesquita Filho/UNESP-RC. Professora da Faculdade de Educação Física e Dança e do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação da UFG.

E-mail: teodoro.fef@gmail.com

Recebido em: 16.06.2019

Aceito em: 28.08.2019